

ESSE É O CARA

Foto/Marise Romano

LÚCIO DELFINO

POR JORGE ALBERTO NABUT

LÚCIO DELFINO



peito na área do Direito. Pois a vida fez de Lúcio Delfino um homem de sucesso. Os cabelos já deixaram de ser negros, e quando deixa a barba crescer, a idade parece avançar. Mas é um jovem, com gás para atravessar a noite estudando e dando pareceres sobre temas jurídicos.

Pós-doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), membro-

fundador e diretor de publicações da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro), membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do Instituto Pan-Americano de Direito Processual, Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, Instituto dos Advogados Brasileiros e de Minas Gerais, entre outros não menos relevantes, nosso jurista tornou-se verdadeiramente um notável.

Tudo isso ele alcançou com a participação decisiva do pai e advogado - porque aquele negócio de "Vida leva eu" só serve para letra de samba - Lúcio Delfino chegou onde muitos gostariam de estar: um profissional consagrado, um jurista bem-sucedido. Se os pais se orgulham do rebento, os amigos agradecem por tê-lo consigo, o mesmo cara de sempre, tranquilo e próximo, como poucos que ascenderam na vida conseguiram ser.

Pela travessia, com trajetória ainda mais promissora, Lúcio Delfino é nosso homenageado nesta edição de Esse é o Cara!

UM BOM ficcionista não faria daquele belo e descontraído jovem, de tiara sobre os cabelos lisos, como os jogadores de futebol dos anos 90, camiseta solta e sorriso largo, um profissional de res-

“
É preciso trabalhar duro para evoluir, seja como ser humano, seja profissionalmente.”



Lúcio Delfino com João D'Amico



Lúcio Delfino ladeado por Gustavo Gottardi e Régis Carvalho



Lúcio com o pai, Claudiovir Delfino, e com o professor Donald Armelin

JMM - Quais são as pessoas que mais o influenciaram na vida?

LÚCIO - Quem mais me influenciou foi meu pai, Claudiovir Delfino. Trata-se de uma pessoa extraordinária, cuja vida sempre foi, e continua sendo, dedicada à família, aos amigos e à advocacia. Possui uma constelação de qualidades: lealdade, ética, imensa estima pelo trabalho, gratidão, seriedade e um coração enorme. Com ele aprendi que as pessoas não devem passar “raspando pela vida”. É preciso trabalhar duro para evoluir, seja como ser humano, seja profissionalmente.

JMM - Como especialista em direito processual civil, acredita que o novo Código de Processo Civil realmente trouxe avanços?

LÚCIO - Houve quem afirmasse que o Código de Processo Civil publicado no ano de 2015 imprimiria rapidez e eficiência ao serviço jurisdicional, que tudo mudaria para melhor. Aliás, foram sobretudo esses os propósitos que motivaram a sua elaboração. Mas, o que tenho constatado, na minha prática enquanto advogado e em congressos, é justamente o contrário! A verdade é que o Código de Processo Civil de 2015 adicionou mais complexidade ao sistema jurídico: há nele novidades surgidas da intuição do legislador, as quais vêm se provando incoerentes e pouco razoáveis em termos práticos e jurídicos. Mais: a nova lei processual incrementou os

poderes do juiz, inclusive se valendo de cláusulas gerais, receita certa para atentados contra direitos fundamentais do cidadão.

JMM - O que ainda falta para termos um serviço jurisdicional que atenda efetivamente aos anseios da sociedade?

LÚCIO - O problema já foi identificado pela doutrina especializada. E ele não é propriamente de ordem legislativa. Ninguém duvida que a máquina judiciária requer aperfeiçoamento, pois funciona mal e não atende aos reclamos sociais. É volumosa, antiquada, cara, lenta, burocrática e pouco eficiente. O remédio está em investir nos níveis estruturais e de gestão. Ocorre que, como não há interesse político em fazer da atividade jurisdicional um serviço público de ponta, tenta-se avançar mediante alterações legislativas. E talvez ainda pior seja

perceber experimentos de melhoria focados numa linha de atuação jurisdicional mais utilitarista, de fins justificando os meios. Na ânsia de dotar o sistema judiciário de mais eficiência, a criatividade dos juristas é valorizada em desdém à própria legalidade. O efeito colateral quem suporta é o cidadão, pois seus direitos fundamentais não raramente são minados, relativizados e às vezes até eliminados por posturas interpretativas quase revolucionárias.

JMM - Você e uma equipe de advogados coordenam o Congresso de Direito Processual de Uberaba, que já é referência nacional. Fale um pouco sobre esse evento.

LÚCIO - Há onze anos nascia o Congresso de Direito Processual de Uberaba, organizado por uma equipe de advogados uberabenses sob a eficiente liderança do Dr. João D’Amico. Até 2017 foram onze edições anuais, realizadas em conjunto pelo Centro de Estudos e Promoção ao Acesso à Justiça (CEPAJ) e Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG) – algumas edições contaram também com o apoio da Ordem dos Advogados de Minas Gerais (OAB/MG) e da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro) –, onde marcaram presença alguns dos mais consagrados juristas brasileiros e internacionais. Um evento que começou



Lúcio com os professores José Tesheiner, Sérgio Gilberto Porto e Antonio Dall’Agnol



Com a esposa Michele Delfino

grande, apadrinhado pela força da memória de Edson Prata e Ronaldo Benedicto Cunha Campos, saudosos processualistas uberabenses, cuja importância permanece sendo lembrada em todo o País.

JMM - Tentou alçar voos fora de Uberaba, ou a cidade o satisfaz como cidadão e como profissional?

LÚCIO - Gosto muito de Uberaba, cidade na qual nasci e vivo desde sempre. Mas, para crescer em minha atividade, precisei sair. Cursei especializações em São Paulo e foi lá também que concluí meu doutorado (em Direito Processual Civil) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Minhas idas e vindas duraram mais ou menos uns quatro anos. Depois segui para Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo (RS), para cursar pós-doutorado sob a supervisão de um dos mais destacados juristas da atualidade, o Prof. Lenio Streck. Hoje viajo bastante, em especial para proferir palestras e ministrar aulas em cursos de pós-graduação.

JMM - Você reserva tempo para curtir os filhos, sair com amigos, viajar, enfim, como se diz, aproveitar a vida?

LÚCIO - Com certeza. Sou um cara das antigas. Gosto de viajar e curtir momentos com a minha família. Quanto aos amigos, sou um felizardo. Tenho muitos, e em todo canto. E adoro estar com eles, falar sobre amenidades e rir um bocado. Viver a vida é essencial!

JMM - O que faz para relaxar, quando o trabalho está tenso? Ou nunca está?

LÚCIO - A vida de todo advogado é sempre tensa e ocupada. É uma profissão belíssima e ao mesmo tempo difícil, porque o advogado é aquele que vive o problema do outro. Toma o problema para si e sofre juntamente com o cliente. Não tem como ser diferente. Vira e mexe, mesmo quando longe do escritório, o cérebro permanece maquinando na tentativa de encontrar soluções. Sem contar a exigência de estudo constante, pois a *expertise* do profissional da advocacia depende também desse esforço. Tem-se que gostar e se dedicar muito à profissão. Mas há, sim, momentos agradáveis, mesmo na rotina do escritório. Sobretudo quando se vive, como eu,

em um ambiente de trabalho no qual as pessoas são, acima de tudo, amigas e fazem questão de se ajudarem mutuamente.

JMM - Ainda falando em Direito, qual a sua opinião sobre a Operação Lava-Jato? Acredita que servirá para varrer a corrupção histórica no país? Ou há mais marketing do que propriamente aplicação do Direito aos casos concretos?

LÚCIO - A corrupção no Brasil tem raízes históricas e principia-se com a implantação de uma estrutura de poder pelos portugueses durante a colonização. Formou-se uma máquina administrativa com o propósito específico de patrocinar interesses dos membros da aristocracia portuguesa. Ou seja, não é de hoje, e sim desde o nascimento do Estado brasileiro, que o poder estatal é utilizado de maneira arbitrária, desvinculada dos interesses da sociedade. Isso foi assim lá atrás e o exemplo continuou sendo seguido no Império, até chegar, por fim, na República. Raymundo Faoro nos mostra bem isso: acima de nós (o povo) sempre esteve um grupo controlando a máquina pública e exercendo o poder político em causa própria. A Operação Lava-Jato não tem essa força toda que a imaginação das pessoas parece alimentar.



No Rio Grande do Sul ao lado da professora Gisele Welsch em entrevista no CNEC

JMM - Mas há pontos positivos?

LÚCIO - Certamente que sim. Ao menos estamos presenciando o comprometimento de nossas autoridades com o combate à corrupção. Isso é excelente! Mas há risco de abusos, e eles já ocorrem, inclusive a partir de medidas judiciais, muitas tomadas pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que destroçam direitos fundamentais. É aceitável que as pessoas, de um modo geral, comportem-se como “torcedoras”, mas juízes e tribunais precisam ser cuidadosos para não caírem nessa armadilha. O compromisso dos julgadores é com a Constituição e com a lei, não têm que escutar a “voz das ruas” ou o “sentimento do povo”, seja lá o que isso signifique. O desejo por justiça não pode jamais se transformar em justicamento.

JMM - Desde que a Lava-Jato ganhou projeção, o Supremo Tribunal Federal tornou-se mais conhecido dos brasileiros do que os jogadores da Seleção de futebol. Porém, muito se criticam as posições antagônicas dos ministros da Corte Suprema. Da mesma forma, ficaram notórios os bate-bocas entre ministros, como Gilmar Mendes e Luiz Roberto Barroso. Na sua avaliação, o STF cumpre sua função constitucional? Ou vê algum excesso nessa exposição pública da Corte?



Proferindo palestra ao lado dos juristas Diego Crevelin, Eduardo José da Fonseca Costa e Glauco Gumerato Ramos

LÚCIO - O papel do Supremo Tribunal Federal é precipuamente proteger a Constituição. Esse advérbio pujante, “precipuamente”, encontra-se insculpido expressamente em nosso texto constitucional, sobretudo para reforçar as razões pelas quais esse órgão judicial foi criado. O Supremo serve à Constituição, não o contrário. Mas, o curioso é perceber que, em muitos julgamentos, o Supremo adota exatamente a postura que lhe é vedada: decide em afronta à Constituição, às vezes lacerando direitos fundamentais os quais foram blindados pelo constituinte originário contra anseios progressistas ou revolucionários de ocasião (cláusulas pétreas). E, para “legitimar” essa ofensiva em desfavor da Carta Constitucional, os ministros se valem de argumentos morais e políticos. É muita retórica para justificar um pragmatismo velado; e nada de Direito. Nessa hora perdemos todos porque, ao que parece, a nossa Constituição vale pouco, pois importa mesmo é o que o Supremo

diz, ou o que diz um único ministro isoladamente. Isso é ruim, não é republicano e tampouco democrático.

JMM - E sobre o excesso de exposição da Corte?

LÚCIO - A exposição televisiva dos julgamentos produzidos pelo Supremo Tribunal Federal deveria servir para melhor esclarecer o brasileiro acerca de assuntos importantes. E talvez isso realmente tenha ocorrido, ao menos em parte. Mas a que custo? Ministros do Supremo são juízes que exercem uma função difícil, frequentemente precisam decidir, se assim exigir a preservação da legalidade constitucional, avessamente às suas próprias inclinações pessoais, ou em desafino às inclinações de maiorias ou minorias. O que importa, ou deveria importar, é a preservação da Constituição. Até que ponto todo esse holofote público não está comprometendo o papel contramajoritário do Supremo? Eu acho que tem comprometido bastante...

PAULO LEONARDO VILELA CARDOSO
& ADVOGADOS
OAB/MG 2400

“Não há nada mais relevante para a vida social do que a formação do senso de justiça.”
RUI BARBOSA

Rua José Pedro de Freitas, 145 – Universitário | Uberaba-MG (34) 3313-6131 | 34 99921-2200 – pauloleonardo@me.com



Com os filhos Benício e Sofia

JMM - Você tem sido convidado a proferir palestras por todo o país e também no exterior, como Argentina e Portugal. Qual a percepção que tem da aplicação do Direito no nosso país e em outros por onde tem andado? E como os operadores do Direito no exterior veem o nosso país, sobretudo o Judiciário brasileiro?

LÚCIO - Sempre há quem louve posturas progressistas, acreditando piamente que os juízes, em especial a Suprema Corte, têm por função “arrastar a história”, custe o que custar. Sinceramente, não penso assim. Por ser um tradicionalista, vejo muito do que está ocorrendo com extremada prudência. Não são poucos os estrangeiros, inclusive acadêmicos, que, embora reconhecendo a necessidade de combate à corrupção no Brasil, externam preocupação com as consequências decorrentes de posturas ativistas perpetradas pelo Judiciário. Uma democracia se constrói em atenção à dignidade das pessoas, sem negociar direitos fundamentais, e a partir de julgamentos que respeitem, de forma intransigente, o devido processo legal.



Com o grande amigo Fernando Rossi

JMM - Você tem vasto futuro. O que programa para ele como cidadão, pai de família e profissional?

LÚCIO - O plano é seguir, humildemente, aprendendo com a vida, com os livros e com os mestres, cercado por gente de bem, amigos e familiares. E contribuir, na medida do possível, como cidadão, escritor e advogado. Queira Deus que tudo caminhe bem!

DEPOIMENTOS



Lúcio Delfino foi meu “pupilo” de pós-doutoramento. Brillhante. Parceiro. Amigo dos amigos. Chegou aqui no Rio Grande do Sul com seu sotaque mineiro e atitudes cativantes. Trouxe a tiracolo o Professor Ronaldo Bretas. Ele ficou, Bretas deixou para mais tarde. Lúcio logo se integrou ao grupo de pesquisa. Processualista de mão cheia, homem de caráter, mostra que o fruto não cai longe do pé. Conheci a maravilhosa família de Lúcio. E adorei seu pai. O grupo do Dasein sente saudades de Lúcio. Chegando com a mochila nas costas, abria a porta e perguntava: “O professor já chegou?”.

Lenio Luiz Streck – Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor titular do programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, membro honorário da Associação Brasileira de Direito Processual, coordenador e apresentador do programa Direito & Literatura, na TV Senado



Lúcio Delfino é uma pessoa rara. Jurista respeitado, com todos os títulos acadêmicos que se pode almejar; advogado notável, respeitado por seus pares e pelos magistrados; professor e conferencista de fama que transcende, há muito, os quadrantes das Minas Gerais. Mas é, além de tudo, um ser humano de alto valor. Sua capacidade de reunir e agregar amigos, tendo-os sempre por perto, é notável. E seu sorriso, eternamente estampado no rosto, faz-nos pensar que ele foi capaz de crescer sem perder a criança que todos devemos sempre guardar conosco. Ser amigo de Lúcio Delfino é uma honra e uma alegria. E eu, além de ser seu amigo, sou também seu admirador.

Alexandre Freitas Câmara, desembargador – TJRJ, doutor em Direito Processual (PUCMINAS), professor emérito da EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro)



JM

MAGAZINE

UBERABA/MG · ANO 15 · Nº 61 · R\$ 20,00